



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura

Lisboa, 29 de novembro de 2012

Assunto: Audição com o Senhor Ministro da Educação e Ciência sobre Política Educativa

Em entrevista televisiva no dia 28 de Novembro de 2011, o Primeiro-Ministro anunciou o compromisso do Governo com o corte de quatro mil milhões de euros na despesa pública, designadamente nas despesas com Educação, nomeadamente através da introdução de um mecanismo de propinas no Ensino Público para “um sistema mais repartido entre os cidadãos e a parte fiscal, mais direta, que é assegurada pelo Estado”.

Uma vez mais, o Governo prefere anunciar medidas de grande envergadura através dos órgãos de comunicação social do que fazê-lo na Assembleia da República, pese embora ter sido recente e diretamente questionado pelo PCP sobre esta matéria.

A Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 74º, estabelece que “na realização da política de ensino, incumbe ao Estado: assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito” e “estabelecer progressivamente a gratuitidade de todos os graus de ensino”.

Ora, a introdução de pagamentos na escolaridade obrigatória representa objetivamente uma quebra desses comandos constitucionais.

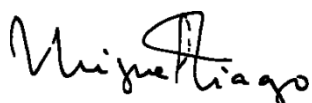
Numa altura em que milhares de crianças são confrontadas com necessidades básicas como a alimentação adequada, e muitos destas vivem mesmo situações de fome nas escolas, numa situação de pobreza e exclusão social que não para de crescer, e muitos são obrigados a abandonar precocemente os estudos ou a trabalhar para poder estudar,

exigir-se-ia uma intervenção do Estado no incremento substantivo dos mecanismos de Ação Social Escolar direta e indireta, e jamais medidas de aumento dos custos.

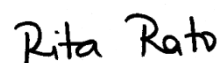
A introdução de um qualquer sistema de pagamento de propinas significará, além de um agravamento da situação social das famílias, uma intensificação dos processos de triagem social e de elitização do sistema de ensino e do acesso ao conhecimento.

Nestes termos, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português requer a V. Exa se digne solicitar a presença do Senhor Ministro da Educação e Ciência em reunião da Comissão a que preside para audição sobre a política de financiamento do Sistema de Ensino e Ação Social Escolar.

Os Deputados,



Miguel Tiago



Rita Rato

N/Ref. nº 42657-1009-XII-INPA-GP/PCP